

SINDSEP-MG distribui máscaras para seus (as) filiados (as)

Nessa semana, a diretoria do SINDSEP-MG começou a entregar as máscaras aos (às) filiados (as). Com os dizeres: "Fique em casa! Contra a Covid-19! Estamos Aqui! Somos Servidores Públicos cuidando de você!", as máscaras fazem parte da campanha proposta pela Condsef/Fenadsef de valorização dos servidores públicos em tempos de pandemia. A Campanha Emergencial em Defesa dos Serviços Públicos tem como ênfase a Defesa do SUS e valorização da "vida acima do lucro" "e dos servidores".

Empregados públicos

Sem esquecer dos empregados públicos tão essenciais nesse momento em que estamos vivendo (nos hospitais, os trabalhadores da Ebsers e, na garantia do abastecimento de alimentos, os empregados da Ceasaminas e Conab), o SINDSEP-MG fez uma adaptação à Campanha da Condsef/Fenadsef e criou uma máscara para os empregados públicos.

As máscaras já foram entregues aos (às) filiados (as) de Belo Horizonte, Juiz de Fora, cidades do Leste, Sul e Norte de Minas além do Triângulo Mineiro. Na próxima semana, a entrega das máscaras continua.

Mais do que nunca, a importância do Estado, dos serviços públicos e a valorização dos servidores se mostram essenciais para a construção de uma sociedade não só socialmente justa como economicamente forte e capaz de atravessar uma crise que está apenas começando. De proporções novas e ainda desconhecidas, essa crise trazida pela pandemia cria um contexto de desafios que coloca servidores públicos em protagonismo.



Trabalhadores da Ceasaminas, de Uberlândia, com as máscaras entregues pelo SINDSEP-MG

SINDSEP-MG se reúne com direção da Universidade de Uberlândia (UFU)

No dia 21/05, representantes do SINDSEP-MG (entre eles, o diretor Josias Macedo, a Tesoureira do Núcleo Regional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Clésia Ferreira, o delegado Sindical e membro do Conselho Deliberativo Sindical, Eliseu Campos) estiveram na Universidade de Uberlândia (UFU) onde se reuniram com a

direção da Universidade. O objetivo da reunião foi apresentar o SINDSEP-MG, como entidade representativa dos servidores e empregados públicos no estado de Minas Gerais.

Na oportunidade, o diretor Josias Macedo fez a apresentação da diretoria do Sindicato. Clésia Ferreira se apresentou como membro da Coordenação do Núcleo Regional e trabalhadora da Ebserh. Em seguida, o delegado Eliseu Campos fez uma exposição de como foi a implementação da Ebserh, no Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), bem como o processo de composição do quadro de trabalhadores da Ebserh.

Ebserh

Como o objetivo de facilitar esse primeiro contato com a direção da UFU, o SINDSEP-MG convidou duas trabalhadoras aprovadas no concurso da Ebserh em Uberlândia para participar da reunião. Como legítimo representante dos trabalhadores das Ebserh, em Minas Gerais, o SINDSEP-MG, se colocou à disposição da direção da Universidade de Uberlândia (UFU) para auxiliar em todo o processo de recepção dos novos trabalhadores da unidade hospitalar, que segundo informações da própria UFU, começarão a ser chamados no próximo mês de junho.

Durante a reunião, o Sindicato propôs a realização de encontros mensais da mesa de negociação permanente. A Chefe da Divisão de Enfermagem, Mary Ângela, que participou da reunião, se comprometeu a repassar todas as informações à Superintendência e à Chefia de Gestão de Pessoas para tentar viabilizar o calendário proposto.



Campanha de Filiação

O próximo passo da diretoria do SINDSEP-MG é ampliar sua atuação junto aos trabalhadores da Ebserh com uma grande campanha de filiação com os empregados lotados no Hospital de Clínicas da Universidade de Uberlândia (UFU).

Justiça obriga órgãos ambientais a adotarem medidas contra o desmatamento

Uma decisão liminar obriga Ibama, Funai e ICMBio a adotarem medidas concretas para combater o desmatamento na Amazônia "sem prejuízo de nenhuma outra atividade funcional". Segundo o texto, os órgãos terão que adotar "imediatamente, ações de comando e controle para contenção de infratores ambientais – madeireiros, garimpeiros, grileiros, dentre outros". A decisão foi assinada pela juíza federal, Jaiza Maria Pinto Fraxe.

O texto ressalta que desde 2012 é possível notar um crescimento no desmatamento. "A tendência de corte raso da floresta amazônica teria se acentuado em 2019, quando cerca de 10.300 km² da Amazônia Legal foram desmatados, segundo dados do PRODES (de agosto de 2018 a julho de 2019), representando assim o maior índice de desmate dos últimos dez anos", diz a peça.

"O incremento do desmatamento de 2018 para 2019, segundo o PRODES, foi de 30%, representando a maior taxa de crescimento dos últimos dez anos. Asseverou que, após julho de 2019 – último mês avaliado pelo Sistema PRODES, o Sistema DETER, cujo objetivo é indicar alertas de desmatamento, teria corroborado a tendência de alta, ressaltando que, embora o Sistema DETER não tenha o objetivo mensurar desmatamentos, ele constitui um indicativo importante do alcance dos ilícitos ambientais na região amazônica. Com base nesses dados, o MPF alegou que "se está a caminhar para mais uma alta histórica do desmatamento de 2019 para 2020, inclusive e em que pese a pandemia de coronavírus vivenciada atualmente".

Para combater essa realidade, a juíza determinou que as bases tenham "com equipes interinstitucionais formadas, ao menos, por forças de comando e controle suficientes para contenção dos ilícitos ambientais e socioambientais de cada região, a exemplo de fiscais do IBAMA e do ICMBio, Força Nacional, militares das Forças Armadas e das Polícias Militares Ambientais, Policiais Federais, servidores da FUNAI, tudo a depender das características e necessidades".

Os órgãos, que são subordinados a paste de Meio Ambiente, têm cinco dias para apresentares os planos de ação. Junto com o plano, os órgãos terão que apresentar medidas para não agravar o risco de contaminação nas terras indígenas.

Nesta sexta-feira (22), o Ministério do Meio Ambiente se posicionou por meio da nota abaixo:

O Governo já está atuando conforme determina a decisão judicial, através da Operação de Garantia da Lei e da Ordem que mobilizou IBAMA, ICMBIO, Polícia Federal, Forças Armadas e polícias estaduais.

Deputados exigem respeito do governo a servidores públicos

A pandemia de covid-19 acentuou as desigualdades sociais e deixou clara a necessidade de um serviço público de qualidade para assistir a população. Com o país chegando aos 19 mil mortos e 300 mil infectados, os servidores públicos estão na linha de frente do combate à doença. Mesmo nesse contexto, os servidores têm sofrido ataques proferidos por membros do Governo de Jair Bolsonaro.

Para debater as bravatas contra os servidores públicos, o Congresso em Foco, em parceria com a Febrafite, promoveu uma live com os deputados Alessandro Molon (PSB-RJ) e Professor Israel (PV-DF), o presidente da Febrafite e vice-presidente do Fonacate, Rodrigo Spada, a coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli e o advogado Cláudio Renato do Canto Farág.

Com apresentação da jornalista Raquel Capanema, o tom do debate foi bastante crítico à fala do ministro da Economia, Paulo Guedes, que chamou os servidores de parasita.

"Vivemos um momento de bullying institucional no Brasil. Um ataque contra os servidores", disse Professor Israel. Para Molon, o governo Bolsonaro demonstra insensibilidade. "Tem uma visão preconceituosa com os servidores, sem se lembrar que médicos, policiais, garis e enfermeiros são servidores e acabam se expondo ao vírus", apontou o deputado.

Durante o debate, os convidados afirmaram que há uma "narrativa fascista e ideológica" por parte do governo contra o funcionalismo. Maria Lucia reforçou que o posicionamento público do ministro é condenável e que é fundamental uma retratação. Nesse sentido, Cláudio Farág disse que já há ações indenizatórias contra Guedes. Segundo o advogado, o objetivo é frear suas falas. Além disso, outras ações são movidas contra o ministro. Uma delas partindo do PV e outra de seis entidades do fisco.

Iniciativa privada

Maria Lucia subiu o tom das críticas ao governo e advertiu que a pandemia "escancarou o privilégio dos bancos". A coordenadora da Auditoria Cidadã lembrou que o Banco Central injetou liquidez nos bancos para que pudessem fazer empréstimo às empresas e que aumentaram as taxas de juros. "Isso é que é ser parasita", alfinetou em referência à fala de Guedes.

"Vamos ver a dívida pública aumentar sem contrapartida. Virá mais arrocho em cima do trabalhador e privatizações", apontou Maria Lucia em crítica à PEC 10, que institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente de pandemia.

Rodrigo Spada chamou atenção para a necessidade de se criar uma política fiscal expansionista. "O Estado tem de trazer recursos e amparar os desassistidos. E não atacar ou desmoralizar os servidores."

Para o presidente da Febrafite, os Estados Unidos "acabaram com sistema público de saúde e apresentam péssimos resultados no enfrentamento à pandemia. É um exemplo de que precisamos do serviço público para evitar o 'cada um por si'".

Ainda mais contundente, deputado Israel afirmou que "a deterioração do estado brasileiro é uma política, uma estratégia de governo. Há intenção de transferir a estrutura pública para o setor privado. Esse governo tem padrão e não é o povo brasileiro."

INSS prorroga suspensão de atendimento presencial em agências até julho

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), responsável pelo pagamento de aposentadorias, benefícios e auxílios, prorrogou o atendimento remoto até julho.

As agências pararam de receber beneficiários em março, devido à pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. A nova data foi publicada nesta sexta-feira (22/05) no Diário Oficial da União (DOU).

As agências da Previdência Social manterão plantão reduzido, destinado exclusivamente a prestar esclarecimento aos segurados e beneficiários quanto à forma de acesso aos canais de atendimento remoto.

Os servidores do INSS e da Subsecretaria da Perícia Médica Federal, que não estiverem alocados ao plantão atuarão em regime de trabalho remoto, sujeito a metas de desempenho.

"Serão observados procedimentos operacionais de simplificação e dispensa de exigências, inclusive em relação à perícia médica, na forma de atos a serem editados pela Secretaria de Previdência e pelo INSS", frisa a portaria.

Nas localidades em que se tornar inviável a manutenção do plantão, será dada divulgação aos segurados e beneficiários para que recorram às orientações por meio da central de atendimento 135.